

**RESENHA DE LIVRO: REGIME DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COLETIVO
EM ECONOMIAS DE MERCADO LIBERAIS?
AS POLÍTICAS DE REFORMAS NA QUALIFICAÇÃO NA AUSTRÁLIA, IRLANDA
E REINO UNIDO**

Guilherme Lins de Magalhães¹

Resenha do Livro: VOSSIEK, Janis. *Collective skill formation in liberal market economies? the politics of training reforms in Australia, Ireland and the United Kingdom*. Bern Berlin Bruxelles New York Oxford Warszawa Wien: Peter Lang, 2018. (Studies in vocational and continuing education, vol. 16). ISBN 978-3-0343-2969-9 (brochura), ISBN 978-3-0343-2971-2 (e-book)

O livro foi publicado como o 16º volume das séries *Estudos em Formação Profissional e Educação Continuada*. Os editores-chefes da série são Philipp Gonon e Anja Heikkinen (Universidade de Zurique e Universidade de Tampere)

Janis Vossiek é pesquisador pós-doutor na Escola de Estudos Educacionais e Culturais da Universidade de Osnabrück, na Alemanha. Realizou seu mestrado, doutorado e pós-doutorado na Universidade de Konstanz sob a supervisão do professor Marius Busemeyer.

Resenha

Os pesquisadores da economia política têm desenvolvido importantes pesquisas sobre as instituições que sustentam os Regimes de Formação Profissional (RFP). Dessa maneira, as pesquisas alinhadas ao institucionalismo histórico têm o ator institucional como centro de suas análises, e se fundamentam na ontologia de que o tempo, os processos políticos e as respostas dos resultados para os mesmos são sequenciais. Portanto, o autor inicia o texto situando as recentes contribuições sobre o modelo dual, presente nos sistemas de formação profissional de países como Alemanha, Áustria e Suíça que inspiram a organização dos sistemas de formação profissional mundo afora.

Neste sentido, Janis Vossiek destaca o estudo de Busemeyer e Trampusch (2012) sobre o Regime de Formação Profissional (RFP) coletivo e apresenta os quatro aspectos que o sustentam: *Alto envolvimento das empresas* em prover e administrar a formação; *As associações intermediárias* e o importante papel dos sindicatos patronais, federações e sindicatos de trabalhadores em administrar e realizar reformas no regime de formação; *Portabilidade da qualificação profissional* obtida em cursos de acordo com uma normatização nacional reconhecida pelas associações intermediárias; e, *Qualificação profissional no modelo dual ou de estágio* providos por empresas ou escolas. O RFP coletivo é encontrado com maior frequência nas Economias de Mercado Coordenadas (EMCs), conceito definido na teoria de Variabilidade de Capitalismo (VoC) (HALL; SOSKICE, 2001).

¹ Guilherme Lins de Magalhães: Professor do Instituto Federal de Brasília e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB. Contato: guilherme.magalhaes@ifb.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0771-8045>

Nestas economias há a colaboração entre os principais atores políticos que facilitam os arranjos institucionais relevantes. Segundo a teoria do VoC esse tipo de ambiente é vital para sustentar o aprendizado. Entretanto, em Economias de Mercado Liberais (EMLs) o Estado se abdica de mediar as dificuldades de relação entre capital e trabalho, pois existe uma dependência de hierarquias entre esses atores, logo, há o enfraquecimento da provisão de aprendizagem devido às poucas perspectivas de governança coletiva. Neste sentido, Austrália, Irlanda e Reino Unido são, segundo a teoria do VoC, EMLs.

Diante do exposto, Janis Vossiek, direciona sua pesquisa a responder três questões centrais. A primeira é sobre os diferentes traços de RFP coletivo nos três países estudados, isto é, se as reformas aprimoraram ou não a governança coletiva. A segunda é sobre o papel dos atores (governos, capital e trabalho), mais especificamente busca entender os diferentes caminhos percorridos por tais atores através das reformas, apesar da semelhança no modo de operar a economia. E, a terceira é sobre as implicações para a pesquisa sobre RFP e a mudança institucional.

Para responder as questões, foi realizada, no estudo, uma abordagem teórica sobre mudança institucional, cujo tema o autor tem interesse em contribuir. Logo, através da técnica de rastreamento de processos, que é uma ferramenta aplicada nas pesquisas de institucionalismo histórico, ele apresenta elementos de coletividade em RFPs da Austrália, Irlanda e Reino Unido que segundo a teoria do VoC são EMLs, isto é, desafiou a conceituação de competências do VoC, a sua negligência da historicidade das instituições e a sua visão institucional de estabilidade e mudança.

Todavia, na literatura é usual empregar a abordagem institucionalista histórica apenas para explorar similaridades e diferenças entre RFP. Dessa forma, a estrutura analítica da pesquisa entende que as coalizões de classes são importantes para sustentar um sistema de aprendizagem ou para se aproximar de um RFP coletivo. Também há a expectativa de perceber que a política partidária é tão importante quanto a coalizão de classes para o RFP. Também, para determinar a relação entre as partes interessadas no RFP e sua influência na trajetória em relação a arena política de reformas para o RFP.

O material empírico foi obtido a partir de dezenas de entrevistas com relevantes atores envolvidos nos RFPs da Austrália, Irlanda e Reino Unido. Após as entrevistas o autor analisou fontes primárias e a literatura secundária sobre os três casos. O corte da análise abrangeu cerca de quarenta anos, começando na década de 1960 e terminando na primeira década do século XXI. Durante a análise do autor, sob o princípio do institucionalismo histórico da economia política em RFPs, percebe que as relações entre classes quando mediadas pelo Estado são uma variável explicativa central para as diferenças entre os sistemas de RFP.

Assim, a primeira constatação do livro é que há diferenças significativas nas políticas de formação profissional dentro do grupo de países de EMLs analisados. Vossiek demonstra que o Reino Unido se afastou de um RFP coletivo enquanto a Austrália e a Irlanda se aproximaram no período estudado. O argumento para explicar essa divergência repousa sobre as maneiras como as diferentes constelações governamentais realizaram as reformas frente às crises econômicas.

O Governo do Reino Unido não perseguiu o aprimoramento da coordenação entre os principais atores políticos, especialmente o capital organizado e o trabalho. Sua agenda, pelo contrário, atuou em diminuir a força do trabalho organizada na arena política do RFP. Contudo, não obteve sucesso em ampliar o envolvimento das empresas no RFP. Logo, não houve uma mudança institucional. Já o governo da Austrália e da Irlanda buscaram coordenar os principais atores políticos, especialmente o capital organizado e o trabalho, promovendo uma coalizão nas relações industriais.

O autor justifica a divergência nestas trajetórias devido a atuação de partidos políticos de orientação mais direitista no Reino Unido e mais de centro na Austrália e na Irlanda. Esses

partidos definiram estratégias diferentes para seus respectivos RFPs para enfrentar crises econômicas. Logo, uma abordagem que entende a coordenação entre capital e trabalho sem a intervenção do Estado, para equilibrar as forças, não consegue explicar suficientemente as diferenças entre os países em relação à sua concepção de RFP. Caso essa ideia fosse verdadeira não haveria uma explicação plausível para os casos da Austrália e da Irlanda. Por isso, é importante entender e analisar a atuação dos atores políticos.

Conclusão

O primeiro mérito da contribuição de Vossiek é a possibilidade de um RFP coletivo em outras tipologias de capitalismo, tal como definidas por Hall e Soskice (2001), principalmente para EMLs. Neste sentido, o autor potencializa os estudos sobre RFP coletivo em ambientes diferentes de EMCs superando a limitação da teoria do VoC. O segundo mérito do livro é a atribuição de importância equivalente entre a coordenação econômica e política, isto é, propõe uma superação da visão unidimensional de que a relação entre capital e trabalho é suficiente para investigar o RFP, principalmente em estudos de comparação de regimes. Dessa forma, esclarece que as estruturas estatais e de partidos políticos têm a mesma importância no equilíbrio entre a força do capital e do trabalho. E, o terceiro mérito consiste na reafirmação do, já, defendido na literatura, de que os RFP não são estáticos, mas sim resultado da atuação dos atores políticos na construção das instituições. Assim, o leitor pode perceber historicamente como os diferentes governos neste conjunto de países de EMLs promovem ou desmantelam, através de programas, o respectivo RFP.

Contudo, em nenhum momento o estudo se aprofundou sobre as estratégias e atuações dos representantes do capital organizado e do trabalho sobre o RFP. Visão, esta, importante para uma compreensão mais aprofundada da distribuição dos poderes entre os atores (capital, trabalho e governo) e, conseqüentemente, para entender os possíveis caminhos alternativos de mudança institucional dos RFPs. Outro ponto de reflexão é sobre a estabilidade partidária apresentada pelo autor, isto é, de que atores políticos não operam fora do escopo partidário ao qual pertencem. Atualmente, esses rótulos não impedem que certos atores atuem fora ou em contradição ao escopo partidário, influenciados por elementos externos ao partido. Nesse sentido, a teoria apresentada pelo autor deixa um pouco a desejar.

Por fim, o livro é útil para formuladores de políticas em educação profissional e para estudiosos do tema, pois supera a visão estática de que RFPs coletivos são encontrados apenas em EMCs. Neste sentido, observa-se nos exemplos destacados pelo autor como países classificados como EMLs (Irlanda e Austrália) operaram nas reformas de seus respectivos RFPs, reforçando a atuação de todos os atores interessados na qualificação profissional.

Referências:

BUSEMEYER, Marius R.; TRAMPUSCH, Christine. The Comparative Political Economy of Collective Skill Formation. BUSEMEYER, M. R.; TRAMPUSCH, C. (Org.). *The Political Economy of Collective Skill Formation*. [S.l.]: Oxford University Press, 2012. p. 3–38.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David. *Varieties of Capitalism*. [S.l.]: Oxford University Press, 2001.